

CAIO MÁRIO DA SILVA PEREIRA

Professor Emérito na Universidade Federal do Rio de Janeiro  
e na Universidade Federal de Minas Gerais

# RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE E SEUS EFEITOS

**7ª edição**

Atualizada por

**Heloisa Helena Barboza**

**Lucia Maria Teixeira Ferreira**



RIO DE JANEIRO

- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2015 by

**EDITORA FORENSE LTDA.**

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (11) 5080-0770 / (21) 3543-0770 – Fax: (11) 5080-0714

metodo@grupogen.com.br | www.editorametodo.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Danilo Oliveira

1ª edição – 1977

7ª edição – 2015

- CIP – Brasil. Catalogação-na-fonte.

Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

Pereira, Caio Mário da Silva, 1913-2004.

Reconhecimento de paternidade e seus efeitos : de acordo com a Constituição de 1988 e legislação subsequente / Caio Mário da Silva Pereira ; Heloisa Helena Barboza ; Lucia Maria Teixeira Ferreira. - 7. ed. - Rio de Janeiro : Forense, 2015.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-5231-0

1. Brasil. [Constituição (1988)]. 2. Direito civil - Brasil. I. Barboza, Heloisa Helena. II. Ferreira, Lucia Maria Teixeira. III. Título.

15/24279

CDU – 347.632

/342.1632/

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
-----------------	---

## **Primeira Parte – RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE**

<i>Capítulo I – ESCORÇO HISTÓRICO.....</i>	21
--	----

§ 1º Direito romano.....	21
§ 2º Direito bárbaro, canônico e costumeiro .....	24
§ 3º Direito moderno.....	26
§ 4º Nosso direito anterior ao Código de 1916.....	30
§ 5º O Código de 1916.....	33
§ 6º A Carta de 1937.....	37
§ 7º Reconhecimento dos adulterinos .....	40
§ 8º A Lei nº 883, de 21.10.1949 .....	46
§ 9º Sentido da evolução.....	48
§ 10 A Lei nº 6.515, de 26.12.1977 .....	50
§ 11 A Constituição de 1988 e o princípio da igualdade da filiação. O reconhecimento dos filhos incestuosos.....	52
§ 12 O Código Civil de 2002.....	55
§ 13 As formas de estabelecimento da paternidade. A paternidade presumida.....	58

<i>Capítulo II – NATUREZA DECLARATÓRIA DO RECONHECIMENTO.....</i>	61
---	----

§ 1º Classificação das ações.....	61
§ 2º Natureza da ação de estado .....	65
§ 3º Natureza do reconhecimento voluntário.....	73

<i>Capítulo III – RECONHECIMENTO VOLUNTÁRIO DE PATERNIDADE.....</i>	83
---	----

§ 1º Reconhecimento de maternidade.....	83
§ 2º Reconhecimento voluntário de paternidade no Código Civil de 2002 .....	91
§ 3º Requisitos do reconhecimento voluntário de paternidade: subjetivo, formal, objetivo.....	100
§ 4º Atributos do reconhecimento de paternidade: irrevogabilidade; anulabilidade; renunciabilidade; validade erga omnes; indivisibilidade; incondicionalidade; retroatividade.....	105

<i>Capítulo IV</i> – INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE – LEGITIMAÇÃO, IMPRESCRITIBILIDADE E COISA JULGADA .....	121
§ 1º Legitimação para a ação ativa e passiva .....	123
§ 2º Imprescritibilidade da ação investigatória.....	140
§ 3º Coisa julgada material nas ações de investigação de paternidade.....	145
<i>Capítulo V</i> – INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE – CAUSAS DE PEDIR, PROVAS CIENTÍFICAS, POSSE DE ESTADO E DEFESAS DO RÉU .....	159
§ 1º Casos de investigação de paternidade.....	159
§ 2º Provas científicas de paternidade .....	168
§ 3º Posse de estado de filho .....	191
§ 4º Defesas do réu .....	195
<i>Capítulo VI</i> – RECONHECIMENTO VOLUNTÁRIO E JUDICIAL DO FILHO ADULTERINO – EVOLUÇÃO HISTÓRICA .....	201
§ 1º Mudança de orientação legislativa.....	201
§ 2º Reconhecimento voluntário do filho adulterino – histórico da evolução legislativa.....	201
§ 3º Investigação de paternidade do filho adulterino – Código Civil de 1916 e Decreto-Lei nº 4.737, de 1942. A Lei nº 883/49 .....	210
§ 4º Os filhos incestuosos .....	214
§ 5º A Lei nº 6.515, de 26.12.1977 .....	214
§ 6º A Constituição de 1988.....	215
§ 7º Código Civil de 2002.....	217

## **Segunda Parte – EFEITOS DO RECONHECIMENTO**

<i>Capítulo VII</i> – EXISTÊNCIA DE EFEITOS DO RECONHECIMENTO.....	221
<i>Capítulo VIII</i> – ESTADO .....	231
§ 1º Conceito e caracteres.....	231
§ 2º Autoridade da coisa julgada em matéria de declaração de estado .....	235
§ 3º Registro de estado.....	246
<i>Capítulo IX</i> – O NOME.....	255
§ 1º Natureza do direito.....	255
§ 2º Aquisição do nome pelo filho havido fora das relações do casamento .....	259
<i>Capítulo X</i> – RELAÇÕES DE PARENTESCO.....	269
§ 1º A evolução histórica e jurídica da posição do filho natural nas relações familiares.....	269
§ 2º Inferioridade jurídica do filho natural no Código Civil de 1916 .....	269

§ 3º Posição familiar no direito anterior.....	274
§ 4º Equiparação aos filhos havidos das relações de casamento – Contexto social e jurídico.....	276
<i>Capítulo XI – PODER FAMILIAR</i> .....	285
§ 1º Do pátrio poder ao poder familiar. Histórico. Conceito. Nova definição do instituto.....	285
§ 2º Evolução legislativa da situação do filho extraconjugal sob o pátrio poder .....	292
§ 3º Pátrio poder e poder familiar quanto à pessoa do filho .....	299
§ 4º Pátrio poder e poder familiar quanto aos bens do filho.....	312
§ 5º Suspensão e perda do poder familiar .....	317
§ 6º Guarda e visitação.....	321
<i>Capítulo XII – ALIMENTOS</i> .....	325
§ 1º Natureza da obrigação.....	325
§ 2º Obrigação alimentar dos parentes naturais, nos direitos romano, canônico, filipino e moderno.....	327
§ 3º Direito do filho reconhecido aos alimentos .....	331
§ 4º Caracteres do direito alimentar .....	340
§ 5º Espúrios.....	346
§ 6º Concessão de alimentos no curso da ação de investigação de paternidade.....	350
§ 7º Alimentos no Código Civil de 2002.....	355
<i>Capítulo XIII – SUCESSÃO</i> .....	359
§ 1º Posição no direito sucessório .....	359
§ 2º Direito sucessório do filho ilegítimo na vigência do Código Civil de 1916.....	366
§ 3º Evolução legislativa até o advento da Constituição de 1988 e da Lei nº 7.841, de 1989 .....	372
§ 4º O direito sucessório do filho reconhecido no Código Civil de 2002.....	378
<b>Terceira Parte – EXTENSÃO DO EFEITO SUCESSÓRIO</b>	
<i>Capítulo XIV – DIREITO INTERTEMPORAL</i> .....	385
§ 1º Posição do problema sob a égide do Código Civil de 1916 .....	385
§ 2º Conceito de irretroatividade .....	393
§ 3º Filho nascido antes da lei nova e morte do pai depois de sua vigência.....	396
§ 4º Filho nascido antes da lei nova e morte do pai antes também de sua vigência.....	405
§ 5º O problema da legitimação para suceder da pessoa havida por procriação assistida <i>post mortem</i> .....	419
BIBLIOGRAFIA .....	427